

## PINGA-FOGO

■ **SERÁ?** - Do prefeito Eduardo Paes reagindo a linha vermelha do Correio da Manhã “Antes de tomar posse e ser diplomado, grupo de Paes já defende saída para 2026”, direto da COP 29 em Baku, no Azerbaijão: “Sou candidato nada! Por isso a pressão. O PSD quer muito. Eu vou ficar até o último dia do meu mandato”.

■ **Só não se sabe se ele cruzou os dedos ao mandar a mensagem para a coluna à sua jura de fidelidade ao mandato de prefeito.**

■ **AGENDA JURÍDICA** - Quinzena movimentada no mundo jurídico fluminense e de construção de novos cenários. No dia 25, uma eleição em dose dupla atrai a atenção: a do novo corpo diretivo do Tribunal de Justiça do Rio, com duas candidaturas inscritas para a presidência da casa, e a eleição da nova diretoria da Ordem dos Advogados do Brasil no Rio.

■ **DIA DE VOTO** - No dia 3 de dezembro, é a vez da eleição do novo Procurador-Geral de Justiça (PGJ). No mesmo dia, os advogados voltam às urnas para escolher os integrantes da lista sêxtupla que será reemitida ao TJ, para a escolha das duas listas tríplice, com os nomes dos advogados que concorrerão ao cargo de desembargador, pelo quinto constitucional.

■ **PROMESSAS PARRUDAS** - Embolou a escolha do novo Defensor Público-Geral. A votação do candidato Paulo Vinicius Cozzolino, o mais votado, com 650 votos (63,4% do total), foi conseguida com a promessa de campanha de que seria dada isonomia de remuneração dos Defensores ao Ministério Público e Tribunal de Justiça, coibido, inclusive, os penduricalhos, fato que a candidata Patrícia Cardoso Maciel Tavares, atual Defensora Pública-Geral, que recebeu 375 votos (36,5% do total) não quis fazer, por ser promessa que dificilmente poderá ser honrada, devido aos obstáculos legais.

■ **DECISÃO EMBOLOU** - Qualquer um dos dois têm chance de ser escolhido. A decisão é uma questão de foro íntimo do governador, que não tem pressa para decidir. Pelo visto, a atual DPG tem mais prestígio com o público externo do que com os colegas, por ter evitado promessas eleitoreiras.

■ **Contra Patrícia, pesam alguns episódios nos quais ela lavou as mãos e deixou a rédea solta:** permitir que a Defensoria entrasse contra o projeto de privatização das concessões da Cedae; e permitir que a sua instituição assinasse uma petição conjunta com o PSB, contra uma ação policial na Maré. Nas duas ela entubou o excesso de autonomia dos colegas.

■ **SEGURANÇA NACIONAL** - O governador Cláudio Castro em Brasília em jornada de corpo a corpo no Congresso Nacional. Ele tem falado diariamente com o presidente da Câmara, Arthur Lira, sobre o tema e acompanha no STF a votação no plenário da ADPF do ministro Edson Fachin que restringe a atuação da polícia nas comunidades, que ocorre nesta quarta, 13. No Senado, o corpo a corpo foi segurança.

■ **HOMENAGEM** - O procurador-geral de Justiça, Luciano Mattos, recebeu nesta terça-feira (12/11), no plenário da Câmara de Vereadores do



## MAGNAVITA

claudio.magnavita@gmail.com

@colunamagnavita

Governador do Rio, Cláudio Castro, em gesto de carinho com o deputado federal Nikolas Ferreira, no plenário da Câmara dos Deputados, em Brasília



O procurador-geral de Justiça do Rio, Luciano Mattos, recebeu, nesta terça-feira (12), no plenário da Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro, o título de Cidadão Honorário do Município do Rio de Janeiro e a Medalha Pedro Ernesto

## Comitês de Promoção de Igualdade de Gênero e combate à discriminação do TJRJ promovem debates, mostra artística e ações culturais no mês da Consciência Negra

Arte, história, cultura, debates, reflexões. Neste mês de novembro, mês da Consciência Negra, os Comitês de Promoção de Igualdade de Gênero e de Prevenção e Enfrentamento dos Assédios Moral e Sexual e da Discriminação (Cogens), do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, prepararam uma série de atividades e eventos com o objetivo de estabelecer espaços de discussão sobre temas como racismo estrutural, a escravidão no Brasil, equidade racial, igualdade de gênero e violência contra a mulher, entre outros.

Em parcerias com a Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar (Coem), Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro (Emerj), Museu da Justiça e Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), os Cogens programaram várias ações, como a segunda edição da Mostra Artística e Literária; a participação do TJRJ no evento G20 Brasil 2024; fóruns de debates e palestras, IV Caminhada Negra e solenidade de en-

trega do Oxé de Xangô ao TJRJ.

Presidente dos Comitês de Promoção da Igualdade de Gênero e de Prevenção e Enfrentamento dos Assédios Moral e Sexual e da Discriminação (Cogens), o desembargador Wagner Cinelli de Paula, ressalta a atuação permanente do Poder Judiciário para promoção da equidade racial.

“O TJRJ tem realizado, de forma continuada, uma série de ações voltadas para a promoção da equidade racial no âmbito do Judiciário, como campanhas e outros eventos. Neste novembro, temos diversas atividades programadas, incluindo mais uma edição da Trilha da Memória, que é uma jornada pela denominada Pequena África, a nos lembrar a chaga histórica da escravidão e nosso dever de combater o preconceito e a discriminação. O herói Zumbi dos Palmares é um símbolo dessa luta, a nos inspirar e nos lembrar que o Dia da Consciência Negra é todo dia.”

Confira o texto na íntegra, com todos os detalhes dos eventos, em [correiodamanha.com.br/colunistas/magnavita](http://correiodamanha.com.br/colunistas/magnavita)



Os desembargadores Patrícia Serra Vieira e Wagner Cinelli (vice-presidente e presidente dos Cogens respectivamente), o presidente do TJRJ, desembargador Ricardo Rodrigues Cardozo; a presidente da Amaerj, juíza Eunice Haddad; e o artista Daniele Aureliano Bloris



Em parceria com o Museu da Justiça, os Cogens promoveram a segunda edição da Mostra Artística e Literária

## Governo do Rio avança com Programa RJ Digital e amplia serviços oferecidos aos cidadãos no portal do Estado

O Governo do Estado, por meio da Secretaria de Transformação Digital, já disponibiliza login de acesso ao serviço de cadastro de usuário externo no Sistema Eletrônico de Informações do Rio de Janeiro (SEI-RJ). Desta forma, o acesso poderá ser feito diretamente pela conta GOV.BR, no portal [www.rj.gov.br](http://www.rj.gov.br) ou no aplicativo RJ Digital. A medida, em parceria com o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, possibilita que qualquer cidadão ou representantes de empresas possam acessar e interagir com seus

processos sem sair de casa.

A iniciativa foi oficializada em Brasília com a presença do secretário de Estado de Transformação Digital, Mauro Farias, e do secretário de Gestão e Inovação do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, Roberto Pojo. Além do impacto econômico, uma vez que o serviço é amplamente utilizado por empresários e empreendedores, a novidade facilita a relação entre a população, prefeituras e entidades que precisam protocolar ou encaminhar documentos.



Secretário de Gestão e Inovação do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, Roberto Pojo (e), e o secretário de Transformação Digital, Mauro Farias (d)

Rio, o título de Cidadão Honorário do Município do Rio de Janeiro e a Medalha Pedro Ernesto. O presidente da Casa, Carlo Caiado, foi o responsável pela entrega da comenda e pela iniciativa de conceder o título ao PGJ, em conjunto com os integrantes da Mesa Diretora da Câmara, os vereadores Tânia Bastos e Rafael Aloísio Freitas.

■ “Este é um reconhecimento por todo o trabalho desenvolvido em minha carreira e, por isso, eu agradeço a homenagem do vereador Carlo Caiado e da Câmara de Vereadores. Toda a minha carreira no Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ) ou à frente da Associação do MPRJ (Amperj) foi forjada nas difi-

culdades mas, por onde eu passo nas Comarcas onde atuei sou lembrado pela população. E isso é um patrimônio imaterial. Sempre cumpri meu dever de maneira constitucional e agradeço muito o apoio da minha família, aqui presente, por tudo o que conquistei nestes 32 anos de MPRJ”, afirmou Luciano.

Carlo Caiado destacou o espírito público do homenageado. “Este é o reconhecimento da Câmara de Vereadores do Rio a um exemplo de homem público, servidor de carreira de uma instituição que é um dos pilares da nossa sociedade, e que se faz muito bem representada nos dias de hoje”, destacou o presidente da Casa.

## Fernando Molica

## O vereador eleito do Psol que colocou o ovo em pé

Coube a Rick Azevedo, jovem — completa 31 anos depois de amanhã —, vereador eleito pelo Psol no Rio, colocar de pé o ovo que desafia a esquerda há uns dez anos: formular e alardear uma pauta factível e popular, o fim da jornada de trabalho 6x1.

Negro, ex-balconista de farmácia, três cursos universitários incompletos, Azevedo passou ao largo das dúvidas políticas que transformam teóricos do PT em flanelinhas (“Mais pra esquerda!”, “Vira pra direita!”, “Joga pro meio!”) e lançou algo concreto: é desumano fazer com que trabalhadores mal-remunerados, especialmente no comércio e no setor de serviços, tenham apenas uma folga por semana.

Encarou sozinho, escorado em suas redes sociais, o desafio de lançar o movimento VAT — Vida Além do Traba-

lho. Antes de tomar posse, jogou uma marmitta quente no colo da direita e do governo. Colega de partido, a deputada Érika Hilton (SP) aproveitou a deixa para tentar transformar a ideia em proposta de emenda constitucional.

Ex-sindicalista, o ministro do Trabalho, Luiz Marinho, respondeu à proposta de Azevedo de um jeito risível: disse que é muito boa, mas que deve ser tratada em negociações entre patrões e empregados.

Escreveu isso como se não soubesse que, principalmente depois da reforma trabalhista implantada por Michel Temer, sindicatos de empregados perderam praticamente todo seu poder de fogo. Só faltou anunciar a criação de um grupo de trabalho para discutir o tema — e, assim, esquecê-lo.

A proposta formulada pelo futuro

vereador mostra o quanto a esquerda se distanciou de boa parte de boa parte dos trabalhadores. As mudanças no mundo do trabalho pulverizaram o modelo de organização que gerou o PT. A indústria perdeu força na economia, não há mais tantas empresas que reúnam milhares de trabalhadores em seus galpões — berçários de discussões, análises e greves.

Grande parte dos trabalhadores de carteira assinada passa o dia de pé atrás de um balcão, eles têm pouquíssimas chances de progredir em suas empresas; com sorte podem virar gerentes ou supervisores, mas as vagas são poucas; e as exigências, muitas.

Azevedo levou um pouco de vida real para a esquerda e, em particular, para o Psol, que nem de longe tem a base popular que formou o PT. Mostrou que propostas baseadas nas necessidades

reais das pessoas têm sim condições de prosperar.

Numa entrevista, falou o que tanta gente se recusa a ver: com salários tão baixos e jornadas tão pesadas, muitos jovens desistem do trabalho formal e tratam de tentar a vida de outras maneiras, são um terreno fértil para a pregação de oportunistas como Pablo Marçal.

Com a proposta do fim da jornada de 6x1, Azevedo mostrou que é possível superar a armadilha das pautas de costumes abraçadas pela extrema direita, aquelas que parecem indicar que os problemas do país se resumem a supostos banheiros unissex e que tais. Ao colocar a bola no chão, o vereador parece zombar dos que estão mais preocupados com a quantidade de testosterona da tal boxeadora argelina do que com a vida das mulheres e homens que ralam muito no país.

Já surgem aqueles que preveem o caos caso a jornada de 6x1 seja sepultada. Seus bisavós argumentaram o mesmo quando a Abolição estava para sair; seus avós não aceitaram a criação da CLT; seus pais urraram quando foi aprovado o décimo terceiro salário. E eles próprios malharum judas fantasiado de Dilma Rousseff quando houve ampliação de direitos de empregadas domésticas.

Alguns setores deverão sentir a redução da jornada, mas nada que represente o fim do mundo. Só os salários baixos e nossa herança escravocrata explicam que, no Brasil, praticamente todas as farmácias, todos os supermercados e todos os shoppings fiquem abertos nos fins de semana e nos feriados. Sabemos que não há a menor necessidade de tamanha oferta — e o país precisa aprender a reconhecer o direito da felicidade alheia.